



DEMANDAS EXTENSIONISTAS E A INTERVENÇÃO DE SABERES PSIS EM POLÍTICAS PÚBLICAS

**Kueyla de Andrade
Bitencourt**

Mestre em educação
Universidade Federal da Bahia -
IMS/CAT - Vitória da Conquista - BA
Rua Rio de Contas, 58, Quadra 17,
Lote 58, Bairro Candeias,
CEP 45.029-094
Telefone - +55 77 34292700
E-mail - kueyla@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho objetiva apresentar um projeto de extensão universitária em que, ao ouvir as demandas que surgiram no campo de estágio, atividade associada ao ensino, possibilitou-se a elaboração de um Curso de Formação direcionado a profissionais de Psicologia que atuam na Proteção Básica dos serviços psicossociais das Políticas Públicas da Assistência Social. Aqui, expõe-se a importância da extensão universitária como instrumento que possibilita o estreitamento das relações entre a universidade e a população e funciona como “oxigenação” imprescindível à vida acadêmica e suas práticas tradicionais de transmissão de conhecimento, prestação de serviço e de difusão cultural. Destaca-se o quão importante é a universidade legitimar-se diante da sociedade e seus grupos, para demonstrar seu papel social frente à produção e difusão de conhecimentos técnico-instrumentais, bem como do papel político-institucional na proposição de defesa da democracia e da emancipação de grupos sociais que vivem em condições de pobreza e sofrem com a extrema desigualdade social presente em nosso país.

Palavras-chave: Extensão; Formação; Psicologia.

RESUMEN

Este trabajo propone presentarse un proyecto de extensión universitaria que ofrece, como respuesta a las demandas que surgieron en el curso de prácticas de docencia, un Curso de Formación para profesionales de Psicología que actúan en la protección básica de los servicios psicossociales de las Políticas Públicas de Asistencia Social. Así, discurre sobre la importancia de la extensión universitaria como instrumento que posibilita aproximar y profundizar las relaciones entre la universidad y la comunidad en la que está inserida, funcionando como “oxigenación” imprescindible para la vida académica y sus prácticas tradicionales de transmisión de conocimiento, prestación de servicios y de difusión cultural. Se resalta la importancia de la universidad legitimarse frente a la sociedad y sus grupos, demostrándose lo imprescindible tanto de su papel social frente a la producción y difusión de

conocimientos técnico-instrumentales, como también su papel político-institucional en la defensa de la democracia y en pro de la emancipación de grupos sociales que viven en condiciones de pobreza y que sufren con la extrema desigualdad social en Brasil.

Palabras clave: *Extensión; Formación; Psicología.*

1. INTRODUÇÃO

A extensão universitária começa a definir-se no final da década de 1960 a partir de movimentos culturais e políticos. De acordo com o “Plano Nacional de Extensão Universitária” (2001), com a redemocratização do país, nos anos 1980, foi possível pensá-la como instância que articula ensino e pesquisa e passa a ser compreendida legalmente como atividade acadêmica, sendo incluída, desse modo, na Constituição Cidadã. Atualmente, constitui o tripé universitário e preconiza uma nova institucionalidade que não valoriza a hierarquização dos saberes, que responde às demandas sociais e que democratiza a universidade.

As práticas extensionistas constituem-se como estratégia importante para a produção e articulação de saberes diversos ao dirimir, paulatinamente, a concepção de que o conhecimento deve ser construído apenas nos espaços acadêmicos formais. Nesse sentido, essas práticas valorizam e absorvem o conhecimento popular para as ações científicas ao possibilitar o aumento da interlocução entre universidade e sociedade na construção de conhecimento plural que dialogue com outras formas de conhecimento.

Nesse contexto, os cursos de Psicologia, de algum modo, podem dar contribuições às atividades extensionistas, muito embora em suas trajetórias elitistas e disciplinares, algumas vezes supõem os processos subjetivos como universais e perenes e desconsideram o caráter histórico e flexível das dinâmicas sociais. Esse campo disciplinar se contrapõe às práticas extensionistas elaboradas e executadas, em grande medida, em contextos coletivistas que possuem caráter politizador e prezam eticamente por fenômenos situados historicamente e em contextos culturais específicos.

Em busca de uma formação em Psicologia mais implicada política e socialmente a partir da inserção do estágio profissionalizante em Psicologia em 2015 e 2016 nas políticas públicas de assistência social em Vitória da Conquista - BA, foi elaborado um curso de formação, com carga horária de 40 horas, direcionado às psicólogas que atuam nos serviços socioassistenciais da proteção social básica da Secretaria de Assistência Social e trabalham nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS desse município. Assim, a partir da inserção prévia no *locus* comunitário no estágio supervisionado, foi possível observar demandas concernentes à atuação dessas profissionais nos serviços socioassistenciais e sugerir temáticas a serem abordadas nesse curso de formação, tais como A inserção da psicologia nas políticas públicas de assistência social; O papel da psicologia nos CRAS; Burocratização do trabalho da/o psicóloga/o como uma linha tênue entre técnica e ética; Redes e Territórios; Metodologias Participativas do Trabalho Comunitário. Para tanto, foi realizada uma parceria com a referida Secretaria, a fim de viabilizar a articulação das profissionais e ouvir sugestões, mesmo sendo esta uma gestão de inserção recente.

Compreende-se, dessa forma, a importância da universidade em responder prontamente às demandas que lhes são requisitadas nos espaços sociais em que circula, intencionando, ainda, retroalimentar o conhecimento que impulsiona o fazer acadêmico.

2. DIÁLOGO ENTRE SOCIEDADE E UNIVERSIDADE: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO ELO

Importante ferramenta de aproximação do conhecimento acadêmico com a sociedade, como também de construção de saberes diversos, a extensão possui um viés politizador e, no geral, preza por uma ética de trabalho que não esteja focada apenas no indivíduo e que considere os fenômenos sociais como sendo fruto de uma história e de contextos culturais. Para tanto, qualquer prática que busque a transformação social, só poderá ser pensada a partir da problematização da sociedade, das comunidades, dos grupos sociais organizados e, sobretudo, do respeito às diferenças culturais, étnicas, políticas e ideológicas contidas nas bases estruturantes desses grupos.

De modo geral, as atuais reformas das universidades brasileiras têm sido consideradas conservadoras e de pouco alcance social, pois nunca consideram o interesse da maioria da população e sim, o das elites que dominam a política brasileira (ROCHA, 2006, p. 89). Nessa perspectiva, o saber popular tem sido revalorizado e absorvido pelas atividades científicas, compondo, assim, uma visão mais plural do conhecimento, que passa a ser reconhecido através de sua aplicação e, com base nessa premissa, faz-se necessário o aumento do diálogo entre universidade e sociedade, em uma concepção transdisciplinar do saber que exige o diálogo – ou, às vezes, confronto – com outras formas de conhecimento.

Sem dúvida, a relação entre universidade e sociedade tem se modificado, pois a sociedade deixa de ser

objeto dos questionamentos da ciência e passa a ser o sujeito que questiona o saber científico – a ciência deixa de ter o status de que tudo sabe, tudo questiona e ela própria passa a ser relativizada e questionada.

Não obstante esse desafio, ainda há outro: o de pensar o papel da extensão dentro das universidades públicas brasileiras, uma vez que ela surge com vigor na década de 1960 e atualmente ganha força e novas configurações, mais espaços de discussão e reflexão, “a extensão também é uma construção ou (re)construção de conhecimento, envolvendo, além dos universitários, atores e públicos com culturas, interesses, níveis de educação diferenciados.” (THIOLLENT, 2002, p. 27)

Considerando a sua relevância, existe a perspectiva da construção gradativa de uma nova institucionalidade nas universidades que tenta garantir a não hierarquização de saberes, visa maior abertura para a discussão das contradições sociais, busca uma visão pluralista do conhecimento, a fim de responder as demandas sociais e democratizar radicalmente a universidade. Uma das características que denota essa nova perspectiva é o lugar em que se encontram as atividades extensionistas. Há ainda, o caráter de “terceira função” que é retirado da extensão, considerada como filosofia, estratégia democratizante do ensino superior e metodologia de forma que a universidade se debruce mais sobre os problemas sociais a fim de encontrar soluções através de pesquisas aplicadas e da retroalimentação do processo ensino-aprendizagem de forma a intervir na realidade concreta. (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2001).

Existe, hodiernamente, uma maior exigência por parte da sociedade para que a universidade - instituição que subsiste com financiamento público - aproxime-se mais das questões sociais que são postas cotidianamente, contudo, a instituição de nível superior ainda permanece muito tímida diante da possibilidade de produzir conhecimento a partir da problematização propiciada pela imersão dos seus alunos, corpo docente e técnico-administrativo no campo social.

Nesse sentido, este trabalho objetiva demonstrar de que modo as demandas sociais chegam até a universidade, utilizando-se, neste caso, da prática do estágio profissionalizante, além de demonstrar de que modo a universidade pode responder a essas provocações a partir da extensão universitária. Trata-se de demandas de estágio em Psicologia, campo disciplinar historicamente reconhecido por ser elitista, mas que, todavia, traduz-se em um projeto pontual de curso de formação para profissionais que atuam na proteção social básica do Sistema Único da Assistência Social – SUAS e possibilita a universidade empenhar-se mais com as questões sociais. Dessa forma, faz-se mister discutir, a partir da articulação das atividades de extensão universitária, qual o papel que os cursos de graduação em Psicologia têm dado a essas experiências, já que sua estrutura curricular – cujas bases teóricas são extremamente individualizantes – também deve ser pensada e redirecionada para novos imperativos sociais. Essa área do saber não se encontra distante do processo educacional contemporâneo que tem dispensado a experiência como geradora do conhecimento, que, por sua vez, passa a ser transmitido de modo superficial e fragmentado.

3. SABER PSI INDIVIDUALIZANTE E PRÁTICAS DE EXTENSÃO

É importante, a partir dessa possibilidade de reinvenção da universidade, analisar em que medida a psicologia, enquanto campo de saber, pode contribuir com esse processo. Historicamente, a ciência psicológica tem se desenvolvido através de teorias e perspectivas divergentes, estas se diferenciam apenas superficialmente, já que a maior parte difunde a lógica disseminada no período histórico da modernidade, cujos pressupostos teóricos – deterministas, mecanicistas e naturalizantes – consideram a subjetividade humana como sendo regular e constante, que concebem a realidade como exterior ao ser humano, portanto, natural e universal e o sujeito é naturalmente tido como privado, individual e consumista.

A partir do exposto, surgem alguns questionamentos sobre o papel da Psicologia nos programas e projetos de extensão, pois partindo da premissa de que ainda hoje, esses cursos possuem uma matriz curricular que enfatiza disciplinas e saberes individualizantes e normatizantes, como se dá a inserção dos docentes e dos discentes dessa área nos programas e projetos de extensão, sendo que estes, contraditoriamente, são elaborados e executados em contextos coletivos e intervêm em contextos específicos.

Por outro lado, é importante notar que os programas e projetos de extensão constituem-se como parte imprescindível do fazer e do pensar universitários e envolvem alunos e professores de vários cursos, sendo uma de suas premissas básicas o trabalho multidisciplinar; além disso, reflete sobre o papel da universidade para, juntamente com a sociedade, ser capaz de contribuir com a transformação social e emancipação dos sujeitos.

Na área específica da Psicologia, o diálogo com a sociedade pouco acontece, o contato que os discentes têm com o campo social, acontece quase sempre quando esses servem como fonte de dados para suas pesquisas ou para experi-

mentos das disciplinas curriculares, quando não, no estágio profissionalizante, já nos últimos semestres do curso.

Dentre os componentes curriculares, a Psicologia Comunitária é a que mais se aproxima de um estudo, cujas temáticas estão mais correlacionadas com as demandas sociais e nos chama atenção para a existência de novos modos de subjetividade, quando propõe um trabalho fora do âmbito meramente acadêmico e busca a construção de entre-lugares, formados pela inserção dos alunos e docentes em campos de atuação comunitária, muito embora a Psicologia Comunitária não seja enfatizada na matriz curricular de muitos cursos de graduação.

A formação em Psicologia, em geral, tem priorizado perspectivas individualizantes e deixado de lado as de cunho mais coletivistas, de forma que variados tipos de intervenção trabalham o indivíduo e suas questões, considerando, desse modo, apenas aspectos subjetivos, privados e individuais. Hoje as pessoas vivem e reproduzem um modo de vida narcisista e egoísta, focadas apenas no privado e no íntimo, e o profissional de psicologia corrobora com essas práticas ao se propor trabalhar com o indivíduo apartado de sua dinâmica social, descuidando de aspectos políticos e ideológicos advindos de sua formação. Ao dar ênfase às questões pessoais e íntimas, a Psicologia se desresponsabiliza quanto à manutenção da sociedade capitalista e desconsidera a relação entre os desejos individuais e os imperativos da ordem social. Percebe-se, a partir disso, a necessidade de se pensar a atuação de alunos e docentes de Psicologia no contexto universitário com posturas críticas, não apenas por estarem dotados de aparato técnico e instrumental, mas considerando a vasta possibilidade de atuação dos empreendimentos coletivos.

É preciso, desse modo, uma formação psicológica mais implicada social e politicamente, que possa utilizar a interlocução com a sociedade para ter acesso a outros saberes – com destaque para seus aspectos éticos e não apenas técnicos. Na extensão universitária, no entanto, é possível olhar outros modos de subjetivação, outros modos de pensar/viver/perceber a realidade e com isso as contradições devem ser consideradas como próprias do ser humano em suas diferenças, como possibilidade de invenção, como liberdade de existência que escape às amarras do conhecimento meramente científico.

4. ASSISTÊNCIA SOCIAL: RAÍZES ASSISTENCIALISTAS E PROPOSTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Ainda de acordo com as informações do “Plano Nacional de Extensão Universitária” (2001), ao final da década de 1980, durante o processo de redemocratização do país, foi possível pensar uma nova concepção de universidade, redefinindo as ideias e práticas veiculadas sobre ensino, pesquisa e extensão. Há uma maior aproximação com os movimentos sociais e a sociedade civil organizada, o que auxilia a pensar a extensão como processo que articula ensino e pesquisa e passou-se, então, a questionar as ações que a extensão desenvolvia muitas das quais, até então, de cunho assistencialista.

Para a compreensão dessa cultura assistencialista que marca as práticas dos trabalhos sociais, recorre-se a um pouco da história da assistência social em nosso país. As primeiras práticas de assistência no Brasil foram realizadas de forma pontual, não tendo em vista uma concepção política. Eram realizadas por filantropias, principalmente da Igreja Católica e se caracterizavam no modelo de caridade, buscando beneficiar os sujeitos à margem da sociedade (CRUZ, GUARESCHI, 2012, p. 32).

Com a constituição de 1988, vieram as principais mudanças no paradigma da assistência social, que passa a fazer parte da seguridade social, juntamente com a saúde e a previdência, marcando assim, a desvinculação com a caridade, assumindo uma noção de direito e cidadania. Demonstra-se, com isso, um caráter de política pública que busca assegurar os direitos e a qualidade de vida dos cidadãos. Para ratificar essa mudança de paradigma na assistência social, o Ministério da Ação Social cria a “Lei Orgânica de Assistência Social” – LOAS - em 1993. Em 2005 foi criado o SUAS- Sistema Único de Assistência Social, que estabelece suas diretrizes de descentralização, universalidade de direitos, seguridade e controle social.

A criação do SUAS, nesse contexto, procura entender o sujeito a partir da sua multiplicidade, insere a atuação da/o profissional psicóloga/o nos programas de assistência social como o Centro de referência da Assistência Social - CRAS e o Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS, esta atuação está pautada tanto no planejamento das atividades quanto nas ações práticas, sejam elas grupais ou individuais. A/O profissional psicóloga/o atua na assistência social de forma a viabilizar a autonomia do sujeito diante dos seus direitos, trazendo esse usuário para o epicentro da sua problemática, tornando-o um ator social dentro do seu território (CRUZ; GUARESCHI, 2012, p. 45).

Através da extensão universitária, supõe-se que é possível (re)pensar a estrutura curricular dos cursos para, a partir disso, propor parâmetros cujas temáticas se aproximem mais do que está sendo socialmente exigido, a exemplo da inserção crítica requerida desses profissionais na elaboração, execução e avaliação das políticas públicas. O receio dessa aproximação com o campo social, no entanto, pode estar acontecendo já que o ideal de autonomia universitária traz no seu bojo a resistência dessa instituição em flexibilizar-se.

Algumas vezes, a extensão acaba suprimindo a tarefa do Estado na execução de suas políticas públicas e quase sempre isso acontece quando a universidade é pensada como um *locus* que possui maior e mais importante saber, contrapondo-se ao saber popular. Os extensionistas comportam-se, em muitos casos, como meramente executores de tarefas,

portanto, seria importante que eles conhecessem e refletissem mais sobre o que preconizam as diversas políticas públicas em diferentes áreas, visto que em função do desconhecimento, eles acabam contribuindo para a desconstrução dos projetos de política pública, reproduzindo práticas de individualização do sujeito, ou assumindo posturas assistencialistas, contrapondo, inclusive, os próprios princípios das políticas públicas que lutam pela formação de sujeitos autônomos e proativos (OLIVEIRA, 2004, p.76).

Propor um trabalho de extensão a partir da inserção do estágio profissionalizante significa auxiliar a universidade a pensar-se como instituição cujo *status* social lhe confere inserção em diversas áreas em que outras instituições não têm acesso. A universidade não deve parar de pensar a si mesma, de entender seu lugar, sua função social e os dispositivos que possui para propiciar melhores condições de vida para as pessoas. A extensão, por sua vez, se bem compreendida pode ser pensada como instrumento de produção e transferência dos conhecimentos produzidos academicamente, bem como instrumento de desenvolvimento econômico-político-social-cultural (NOGUEIRA, 2000, p. 114).

A partir dessa perspectiva tem sido pensada a inserção da Psicologia junto às políticas públicas de assistência social e, no caso específico desse trabalho, a forma como esse campo de conhecimento começa a mudar da perspectiva mais individualizante para as práticas em campos de atuação outrora incipientes. A assistência social passa, então, a configurar-se como novo espaço de atuação do saber psicológico e, além de requisitar alterações no modelo de trabalho, apresenta novos sujeitos de manejo, a saber, a pobreza e seus desdobramentos (OLIVEIRA; PAIVA, 2016).

Os primeiros estudos que analisaram a atuação da/o profissional de psicologia no CRAS fazem algumas críticas quanto essa atuação e afirmam, dentre outras coisas, que essas/esses profissionais possuem referenciais e tecnologias inadequados, não fazem imersão no território, culpabilizam e/ou vitimizam a pobreza. Embora não apareça de modo explícito, passados doze anos da criação do SUAS, a pobreza ainda emerge como um problema para o trabalho da Psicologia, gerando inadequações das ações e paralisia dos profissionais, sobretudo em função da forte recomendação de não se fazer psicoterapia.

Profissionais precisam estar em um lugar que luta pela transformação social, sobretudo agindo nos determinantes da pobreza. O que se observa é que, embora o documento de referência técnica do Conselho Federal de Psicologia – CFP (2007), aponte para um discurso de práticas sociocomunitárias, o trabalho da/o psicóloga/o persiste em atrelar-se ao indivíduo e a subjetividade individualizante.

Atualmente, existe o Fórum dos trabalhadores do SUAS e outras instâncias de debate que propiciam a instrumentalização do trabalho da/o psicóloga/o, mas, ainda assim, a academia precisa se posicionar a fim de fundamentar teoricamente a prática dos profissionais do SUAS para possibilitar uma atuação qualificada. Por esse motivo, foi proposto o estágio em Psicologia e políticas públicas em 2015 na UFBA, câmpus Anísio Teixeira, que visa capacitar técnica, ética e politicamente estudantes-formandos em Psicologia para a atuação em políticas públicas.

A partir desse estágio surgiram demandas para a elaboração do curso de formação das psicólogas atuantes na proteção social básica das políticas de assistência social em Vitória da Conquista – Bahia.

O desafio que se coloca para a Psicologia é pensar sobre a finalidade de sua prática que deve estar voltada para posturas emancipatórias e não adaptacionistas, como é possível detectar com frequência. “Para isso, faz-se mister uma formação que considere a análise histórica das relações sociais de produção e das singularidades da sociedade brasileira, sem as quais torna-se impossível compreender o fenômeno da pobreza no Brasil e as suas consequências” (OLIVEIRA; PAIVA, 2016, p.153). Isso exige uma postura de ação política que se diferencia da que tem marcado historicamente a atuação da psicologia.

5. REVERBERAÇÕES TÉCNICAS, ÉTICAS E POLÍTICAS DO ESTÁGIO NO CRAS

Apresentando-se como possibilidade de construção de novos saberes, a extensão universitária parte da inserção na realidade concreta em diversos contextos comunitários, busca a transformação social, tem o papel de contribuir para a pesquisa e faz articulação com o ensino. Destarte, esse trabalho visa explanar a experiência de estágio realizada em quatro CRAS de Vitória da Conquista – BA, que aflui para a proposição de um curso de formação continuada a ser realizado pela universidade, tendo como público-alvo as psicólogas trabalhadoras da proteção social básica. Pretende-se relatar as principais atividades realizadas pelos estagiários nesses serviços e em seguida apontar questões que surgem como matéria-prima para serem abordadas na proposta do curso de formação.

A Tipificação de Serviços Socioassistenciais (2009), pactuada na Comissão Intergestores Tripartite – CIT - e aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, define e detalha três serviços de proteção social básica: a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família -PAIF; b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas. Durante a realização das atividades de estágio, os estudantes tiveram suas práticas mais conectadas com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral às famílias.

As principais atividades desenvolvidas pelos estudantes nos serviços estão de acordo com essa Tipificação, com

a “Norma Operacional Básica – Recursos Humanos- NOB-RH” do SUAS e com o documento de referência do “Centro de Referência Técnica de Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP” do Sistema Conselhos de Psicologia.

Dentre as atividades realizadas, pode-se citar o atendimento psicossocial, o acolhimento, planejamento das ações do serviço, escuta ao usuário, orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais, orientação sócio-familiar, referência e contra-referência, comunicação e defesa de direitos, apoio à família na sua função protetiva, acesso à documentação pessoal, realização de encaminhamentos, visitas domiciliares, acompanhamento dos usuários nos diversos serviços, relatórios técnicos, ações integradas com a rede, atuação em equipes multidisciplinares, alimentação de sistema de informação, mediação de grupos de famílias do PAIF, realização de busca ativa no território, plano de acompanhamento familiar, estudo de caso, realização de grupos.

A partir dessa prática cheia de possibilidades, destacaram-se algumas questões que surgiram no campo de estágio e auxiliaram na elaboração dos eixos da proposta do curso de formação. Dentre os principais incômodos do trabalho das psicólogas no CRAS, surge a dificuldade de compreensão do termo psicossocial e seus desdobramentos na prática. No geral, o atendimento psicossocial é compreendido como um acolhimento feito conjuntamente entre as profissionais psicólogas e as assistentes sociais dos serviços e que tem como desfecho a produção conjunta do relatório psicossocial.

Nota-se, claramente, a falta de referências teóricas que pudessem servir para desvendar esse impasse conceitual, sendo que a compreensão do termo psicossocial surge a partir da clássica dicotomização entre indivíduo e sociedade. Frequentemente, notava-se nesses atendimentos a falta de uma escuta mais atenta das psicólogas quanto às demandas trazidas pelos usuários, no afã de preencher os documentos exigidos, muitos conteúdos trazidos foram perdidos em escutas meramente técnicas e formais.

Nesse sentido, está sendo elaborado, na Bahia, um documento norteador para as/os profissionais dos serviços socioassistenciais proposto pela SAS – Superintendência de Assistência Social do Governo do Estado, o CRP-BA - Conselho Regional de Psicologia e o CRESS – Conselho Regional de Serviço Social, com o objetivo de concentrar “esforços de alinhamento de discursos e entendimentos a fim de produzir orientações para os profissionais nos serviços socioassistenciais” (BAHIA, 2017, no prelo). Serão produzidos esclarecimentos acerca de aspectos importantes da prática, como o sigilo profissional, atendimentos e ações que são consideradas privativas de cada profissão e a produção conjunta de documentos e demais registros realizados nos serviços, tais como prontuários, relatórios e outros.

Outra grande questão apontada pelas estagiárias, refere-se à inserção da Psicologia nas políticas públicas, o que denota a dificuldade das profissionais compreenderem conceitualmente uma política e o significado da coisa pública. Compreende-se, a partir de alguns autores, que as políticas públicas são meios para implementação dos direitos sociais e os direitos humanos que, embora sejam óbvios, é necessário fiscalizar para que aconteça.

De modo geral, é pouco comum encontrarmos na Psicologia referenciais que tratam das etapas e elaboração, implantação e avaliação em políticas públicas, sendo mais corriqueira essa temática na área de administração pública. A separação entre elaboração/planejamento e implantação é responsável por resultados decepcionantes. A preocupação com a implantação é necessária, pois é nesta fase de execução que se permite metas definidas no processo de formulação sejam alcançadas com sucesso. Assim, no trabalho acompanhado pelas estagiárias, notou-se um desconhecimento das profissionais de Psicologia quanto às diversas etapas da política, sendo que não foi explicitado nenhum planejamento e, por não terem participado da implantação, a execução era feita às cegas, no geral, a partir de comandos hierarquizados, de instâncias verticalizadas.

Pode-se inferir que a Psicologia tem como campo de atuação social duas principais vertentes: 1- normalização e adaptação dos indivíduos aos lugares sociais já existentes; 2- a possibilidade de criar espaços de atuação que possibilitem posturas mais questionadoras e inovadoras. De acordo com Monteiro, Coimbra e Mendonça Filho (2006), existe uma dificuldade de atuação da/o profissional de Psicologia para atuar nas políticas públicas, destacando-se a inserção nos CRAS, uma vez que as políticas públicas não servem para propor autonomia, para atuar nos interstícios e compor novas formas de subjetivação e singularização dos sujeitos.

As políticas públicas respondem a demandas de carência criadas pelo próprio Estado, que permanece como instituição paralisada da modernidade e como grande imobilizador de perspectivas de existências vivas e criativas.

Sob o mesmo ponto de vista, mais uma constatação, dessa vez referindo-se ao território e à vulnerabilidade, refere-se a uma dificuldade teórico-conceitual das/os profissionais de Psicologia em pensar a condição social e histórica em que vivem as pessoas que são alvo das políticas de assistência social. Em muitos casos, utiliza-se de argumentos como fatalismo e vitimização e essas/esses profissionais atuam contribuindo, em grande parte, para a adaptação desses indivíduos, reforçando o *status quo* e culpabilizando essa gente pobre pelo desemprego, pelas situações de violência, pela negligência e todas as outras mazelas advindas da extrema desigualdade social característica da sociedade brasileira. Além dessas, outras questões sob as quais não serão feitas explanações podem ser citadas, a exemplo da dificuldade do trabalho em rede e a de realização da referência e contra-referência, da cultura de tratar o estagiário ainda como um realizador de tarefas e não como futuro profissional em processo de formação, a falta de clareza dos objetivos e das metodologias utilizadas nos grupos e nas oficinas, a frágil relação com os Centros de convivência e fortalecimentos de vínculos e a dificuldade de interdisciplinaridade.

6. FORMAÇÃO DE PSICÓLOGAS EM EXERCÍCIO NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Através da extensão universitária, outras formas de existência podem ser inventadas, considerando o espaço universitário como privilegiado socialmente, sendo que, desse espaço podem surgir novas revoluções, para além das produções tecnicistas comumente veiculadas, e que possibilitem uma aprendizagem crítica, implicada política, ética e esteticamente. Acredita-se que a extensão está se (re)institucionalizando, tornando-se mais aberta, flexível e menos hierarquizada; o saber científico tem se tornado mais plural – a partir da absorção do saber popular; o diálogo entre universidade e sociedade tem aumentado numa concepção transdisciplinar do saber.

A partir dessas constatações, surge o questionamento quanto à forma que a Psicologia pode contribuir com os conhecimentos produzidos na universidade para os programas e projetos de extensão universitária a fim de repensar os seus dispositivos e mudar os rumos da formação, através das demandas advindas da sociedade, contribuindo também para o contexto social em que se insere.

Pensar a Psicologia enquanto ciência, sua relação e co-construção com outros saberes, significa possibilitar maior diálogo com a sociedade; desse modo a universidade pode legitimar-se como lugar de produção de conhecimento, propiciando um auxílio mútuo entre campo acadêmico e campo social, ao refletir sobre os processos de subjetivação contidos na dinâmica da desigualdade social, por exemplo. Ademais, se as pessoas que participam indiretamente das universidades passam a considerar sua relevância social, é possível que elas possam somar esforços – juntamente com um grupo de estudiosos e ativistas que se interessam por essa questão – para evitar o crescente esfacelamento do Ensino Superior público e gratuito.

A partir dessa compreensão da importância da prática extensionista, foi proposto à “Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social” de Vitória da Conquista um curso de formação para as psicólogas que atuam nos serviços de proteção social básica, sobretudo nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Tomando como partida as experiências de semestres anteriores nos estágios em Psicologia e políticas públicas de assistência social – que se caracterizam como atividade de ensino – foi possível elaborar um projeto de extensão voltado à comunidade que recebe os estagiários in loco. Esse projeto trata-se especificamente de um curso de formação das profissionais em exercício, considerando as principais questões que foram surgindo em campo.

Desse modo, foram elencadas algumas temáticas como 1-A inserção nas políticas públicas de assistência social – compreensão do conceito de política, de política pública, a inserção da psicologia nas políticas públicas, psicologia, prática psicossocial; 2- O papel da psicologia nos CRAS – comunicação com a população, escuta, papel duplo de representante do governo e porta-voz da comunidade, a postura da Psicologia frente às populações em situação de vulnerabilidade social, a representação do profissional de psicologia para a população-alvo dos CRAS e dos demais profissionais das equipes multidisciplinares, relação entre técnicos e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; 3- A burocratização do trabalho do psicólogo como uma linha tênue entre técnica e ética – sigilo profissional, atendimentos e ações que são consideradas privativas de cada profissão e a produção conjunta de documentos e demais registros realizados nos serviços, preenchimento de prontuários e anamnese, atendimento psicossocial conjunto, visita domiciliar, linha tênue entre a prática da psicologia e da assistência social; 4- Redes e Territórios- compreensão do conceito de território e comunidade; noção de referência e contra-referência, importância da cartografia da rede de serviços locais, papel da psicologia junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, conceitos de vulnerabilidade e risco. 5 – Metodologias Participativas do Trabalho Comunitário – (compreendendo que as ações que ocorrem no espaço comunitário não se configuram como métodos específicos da Psicologia ou da psicologia comunitária, mas uma apropriação e adaptação de práticas utilizadas por movimentos sociais, movimentos populares, CEBs) - método dialógico-vivencial, Teatro do oprimido, Educação Popular, análise de conjuntura, diagnósticos situacionais, análise de implicação, zoop/cartografia, círculo de cultura, heterogênesse urbana, dentre outras.

A formação, além desses conteúdos previamente definidos, vai servir também como possibilidade para que as profissionais alinhem, de certo modo, seus discursos e entendimentos entre si e com a coordenação da proteção social básica, com o intuito de qualificar a prática profissional nos serviços socioassistenciais. Serve também como espaço para que as profissionais troquem experiências e falem abertamente sobre os desafios cotidianos que encontram nos serviços, uma vez que são escassos os espaços existentes entre a categoria para trocas de experiência.

Para a execução dessa proposta foi feita uma articulação prévia também com a Secretaria Municipal de Assistência Social para a apresentação do projeto, tornando públicas as principais temáticas abordadas no curso. Foi ainda pensado, em conjunto com a Secretaria, o formato do curso, com carga horária de 40 h, uma vez por semana. Desse modo, a fim de conseguir recursos financeiros para a proposta, a equipe de estudantes e a coordenadora submeteram o projeto do curso de formação a um edital de programas de apoio à extensão da Universidade Federal da Bahia – UFBA.

6. CONTRAPARTIDA UNIVERSITÁRIA ÀS INSTITUIÇÕES PARCEIRAS: SEM PRETENSÕES CONCLUSIVAS

Vale ressaltar que a extensão, como um eixo da formação universitária, ainda ocorre de forma incipiente em muitas universidades brasileiras e, como acontece com boa parte das atividades que dependem de financiamento, circunscreve-se às unidades mais antigas e estruturadas, muitas delas localizadas nas capitais do país. Nesse contexto, esse trabalho denota a importância do fazer extensionista em cidades do interior, ao supor que as localidades em que essas universidades se situam possuem demandas específicas e que é papel desses centros de produção de conhecimento científico investigar e atuar diante do que a sociedade e as comunidades requerem, a fim de construir um conhecimento mais horizontalizado, para levar em consideração também os saberes populares. Assim, esse trabalho visa demonstrar como a Psicologia pode contribuir com as demandas específicas do contexto em seu entorno.

Outra contribuição, dessa vez mais específica, relaciona-se aos cursos de Psicologia que valorizam as recentes necessidades do campo de trabalho, sobretudo no que se refere às políticas públicas, já que estas têm demandado uma grande participação dos profissionais dessa área, no entanto, por falta de referências, sobretudo na formação, estes não participam do processo de elaboração e avaliação dessas políticas, restringindo-se a participar apenas da sua execução e o faz, na maior parte das vezes, reproduzindo práticas de individualização do sujeito, ou assumindo posturas assistencialistas, contrapondo inclusive aos próprios princípios das políticas públicas que lutam pela formação de cidadãos autônomos e pró-ativos. (OLIVEIRA, 2004)

Portanto, através da extensão universitária supõe-se que é possível (re)pensar os currículos dos cursos de Psicologia para, a partir disso, propor temáticas que se aproximem mais do que está sendo socialmente exigido dessa área específica do conhecimento a exemplo da inserção politizada requerida dessas/desses profissionais na elaboração, execução e avaliação das políticas públicas.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA, Documento Norteador para os Profissionais dos Serviços Socioassistenciais, 2017, no prelo.

BRASIL. Plano Nacional de Extensão Universitária. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. SESu/ MEC, 2001.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB/SUAS**. Brasília, 2005.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos NOB/RH**. Brasília, 2006.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF. 2009.

Conselho Federal da Psicologia. **Referências Técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS**, 2007.

CRUZ, L.R. da & GUARESCHI, N. M. de F. **O psicólogo e as Políticas Públicas de Assistência Social**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MARTINS, Daniela Maria B. **Entre-lugares : vivências de fronteira** : uma narrativa auto-biográfica da experiência COMUNGOS – conexões comunitárias. 2007, Dissertação (Mestrado). Departamento de Educação, Câmpus I, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2007.

MONTEIRO, A.; COIMBRA, C; MENDONÇA FILHO, M. **Estado democrático de direito e políticas públicas** – estatal é necessariamente público? *Psicologia e Sociedade*, n. 18, Mai./Ago.,2006.

NOGUEIRA, Maria das Dores P. **Extensão Universitária** : diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte : Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, UFMG, 2000.

_____. **Políticas de Extensão Universitária no Brasil**. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2005.

OLIVEIRA, Claudia Hochheim. **Qual é o papel da Extensão Universitária?** Algumas reflexões acerca da relação entre universidade, políticas públicas e sociedade. In : ANAIS DO 2º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2004, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte, 2004.

OLIVEIRA, I. F. de; PAIVA, I. L. de. Atuação do psicólogo no campo das políticas sociais – mudanças e permanências. In: HUR, D.U.; LACERDA JÚNIOR, F. (Orgs) **Psicologia, políticas e movimentos sociais**. Petrópolis : Vozes, 2016.

ROCHA, José Cláudio. **A reinvenção solidária e participativa da universidade** : um estudo sobre redes de extensão universitária no Brasil. 2006, Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

THIOLLENT, Michel. **Construção do conhecimento e metodologia da extensão**. I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. João Pessoa, 2002. Disponível em : <http://www.proex.ufrn.br/files/documentos/thiolle.pdf>. Acesso em : 10 de agosto de 2016.

De acordo com Martins (2007), “a expressão entre-lugares, recortada dos estudos culturais dedicados ao pensamento pós-colonial, é utilizada como forma de resumir num enunciado esta experiência fronteiriça, cujo horizonte idealista aponta para a tentativa de arrefecer as estratégias de sobredeterminação e totalização nas práticas formativas e buscas de conhecimento. As vivências de fronteira nos remetem a uma aventura, uma movimentação intensa.” (P. 12-13)